

Congresso aprova diretriz para orçamento e Plano Plurianual

O Congresso aprovou o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), permitindo o início do recesso parlamentar, determinado pela Constituição. Em quase seis horas, senadores e deputados examinaram pauta que incluiu 30 créditos suplementares e o Plano Plurianual (PPA) de investimentos do governo

Página 3

Polêmica sobre a compra do avião presidencial

Em meio a muita controvérsia, os parlamentares autorizaram a compra do avião presidencial, no valor de R\$ 159 milhões. O Ministério da Defesa terá R\$ 299,7 milhões, destinados ainda ao Sivam e à compra de outros 17 aviões.

Página 4



Gerardo Magela

INOVAÇÃO Relatório do senador Garibaldi Alves (C) para a LDO assegura ganho real ao salário mínimo do ano que vem

CPI exclui nome de vice-governador

Página 2



J. Freitas

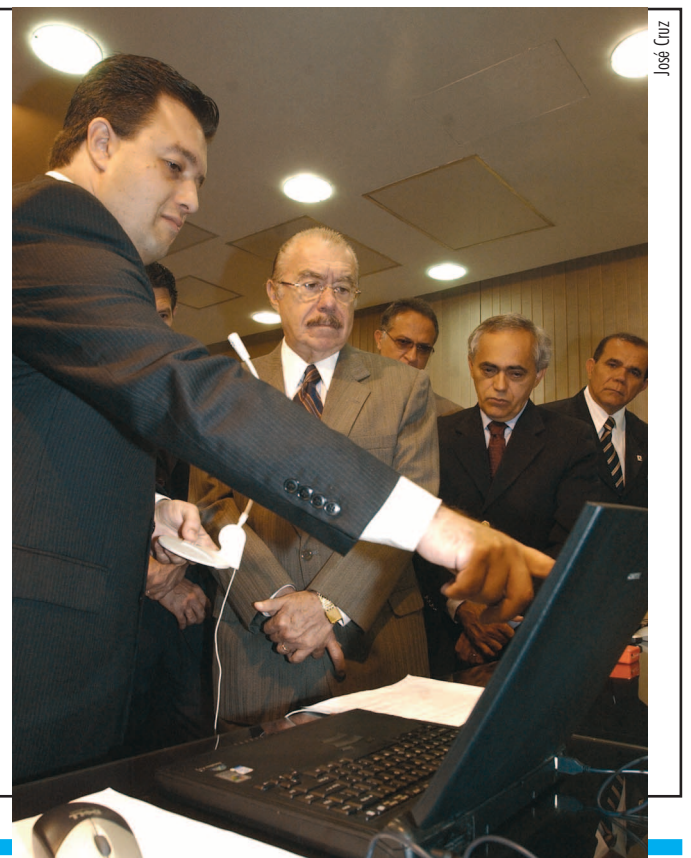
EXPLORAÇÃO SEXUAL Ney Suassuna votou a favor da exclusão do vice-governador do Amazonas do relatório de Maria do Rosário

Sistema para transcrever fala poderá ser adotado

Senado e Câmara examinam a adoção do sistema de transcrição automática de fala, que visa auxiliar o trabalho dos taquígrafos.

Página 4

O presidente do Senado, José Sarney, ouve explicações de técnico sobre o sistema de transcrição



José Cruz

Papaléo quer regular venda de remédios pela Internet

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) conclamou os demais senadores a apoiarem a resistência à venda de medica-



Medida vai evitar automedicação, diz Papaléo Paes

mentos pela Internet. De acordo com Papaléo, a medida poderá evitar "o agravamento das condições de saúde orgânica, física e mental de milhões de brasileiros que hoje recorrem à automedicação e a formulas exóticas, as quais tanto têm de milagrosas quanto de enganosas". O senador é autor de projeto de lei que regula a publicidade dos medicamentos (PLS 308/03).

Papaléo, na condição de legislador e de médico, manifestou sua preocupação com o comércio de medicamentos pela Internet lembrando que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) estuda uma forma de normatizar a venda remota de remédios, já que a lei que regula a questão é de 1976. Para o parlamentar, a Anvisa considera que, com regras definidas, poderá impedir uma série de abusos que vêm ocorrendo, como a comercialização de medicamentos sem registro ou data de validade vencida.

O senador registrou que a Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou manual de orientação aos consumidores de produtos farmacêuticos, alertando para os riscos de comércio via Internet.

CPI retira nome de vice-governador

Comissão que investiga crimes de exploração sexual decide não pedir o indiciamento de Omar Aziz

Após uma rápida reunião secreta e com o voto de desempate do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que presidia os trabalhos, a CPI da Exploração Sexual aprovou ontem, por 8 votos a 7, o destaque apresentado pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) pela retirada do nome do vice-governador do Amazonas, Omar Aziz, do relatório final da comissão. Aziz estava entre as 250 pessoas que a relatora, deputada Maria do Rosário (PT-RS), recomendou que fossem indiciadas pelo Mi-



DECISÃO Destaque de Virgílio a relatório de Maria do Rosário foi votado em reunião secreta

nistério Público.

A presidente da CPI, senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), não participou da reunião por se encontrar em recuperação

de uma cirurgia. Suassuna assumiu a presidência da reunião por ser o integrante mais idoso entre os presentes.

No relatório, Maria do Rosário explicou que o nome de Aziz surgiu nos depoimentos colhidos pela CPI como um dos clientes do esquema de aliciamento de adolescentes mantido por Darlei Cristina, em Manaus.

"Corroborando os depoimentos, está a conduta assumida pelo denunciado por ocasião da realização da audiência pública da CPI em Manaus, ca-

racterizada por diversas ligações telefônicas feitas pelo senhor Omar Aziz à delegada Graça (algumas delas presenciadas por parlamentares da CPI) sobre as quais ela relata ter sido pressionada e destrutada pelo senhor Omar Aziz, pelo fato de deter informações privilegiadas sobre as investigações que envolvem o seu nome, com vistas à apuração da exploração sexual de adolescentes", destaca a deputada em seu relatório.

Para Suassuna, "estava patente que era uma injustiça". Ele disse que Arthur Virgílio comprovou que o envolvido no esquema de Darlei é o irmão do vice-governador. Segundo Virgílio, no dia da ocorrência investigada pela CPI, Aziz acompanhava a filha internada em um hospital.

Agenda



Congresso Nacional entra em recesso

Com a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2005, começa hoje o período de recesso parlamentar do Congresso Nacional. Em função do encerramento dos trabalhos da Casa, o **Jornal do Senado** terá, no mês de julho, somente edições semanais, publicadas às segundas-feiras. Volta a ser distribuído normalmente no início de agosto, quando serão retomados os trabalhos da Casa.

Comissão representa Casa durante as férias parlamentares

Durante o recesso parlamentar, colegiado de sete senadores que compõem a Comissão Representativa responderá pela Casa. O colegiado é formado pelos seguintes senadores: Eduardo Siqueira

Campos (PSDB-TO), Paulo Octávio (PFL-DF), Demostenes Torres (PFL-GO), Cristovam Buarque (PT-DF), Ideli Salvatti (PT-SC), Renan Calheiros (PMDB-AL) e Ramez Tebet (PMDB-MS).

Transcrição automática

Técnicos da Câmara e do Senado devem discutir hoje a implantação do método de transcrição automática de fala no Congresso. O sistema vai auxiliar os taquígrafos a transcrever as sessões e reuniões realizadas.

Visite o Senado nas férias

O programa Visite o Senado funcionará normalmente durante o recesso dos parlamentares. As visitas começam de hora em hora no Salão Negro do Congresso, entre 9h30 e 17h30 nos dias úteis, e entre 10h e 14h nos fins de semana.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Raupp pede prioridade para o combate à malária

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu prioridade para o combate à malária, em especial na região amazônica, responsável por 99% dos casos registrados no país. O senador disse que é fundamental o tratamento precoce para reduzir os óbitos e deter a propagação da doença. Ele defendeu a aplicação de mais recursos para evitar a contaminação de centenas de milhares de brasileiros a cada ano.



Raupp alerta para o aumento de casos na Amazônia

Mesmo com a redução de 3% no número de novos casos, constatado pelo Ministério da Saúde em 2003 em relação a 2002, Raupp observa que mais de 320 mil pessoas foram contaminadas. E neste ano, afirmou o senador, foi detectado um aumento de 26% dos casos notificados na Amazônia Legal, de janeiro a maio, segundo informação da coordenação geral do Programa Nacional de Controle da Malária.

As epidemias em Manaus e em Porto Velho contribuíram, segundo o senador, para os índices elevados. Raupp também alertou para falhas nas práticas de prevenção da malária.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

CONGRESSO Diretrizes para o Orçamento de 2005 impedem contingenciamento de recursos destinados à segurança pública, pesquisa da Embrapa e infra-estrutura hídrica no Nordeste. Também foram aprovados PPA e créditos suplementares

Parlamentares aprovam LDO e iniciam recesso

O Congresso Nacional aprovou na noite de ontem o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), permitindo assim o início do recesso parlamentar, como determina a Constituição. Foram quase seis horas de debates e votações da pauta que incluiu 30 créditos suplementares e o Plano Plurianual (PPA) de investimentos para o período 2004/2007.

Alguns acertos finais em relação à emenda do senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), que impede o governo de alterar, sem autorização prévia do Congresso, os beneficiários de verbas expressos nas emendas parlamentares, possibilitaram uma votação tranqüila, na avaliação do líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN).

Salário mínimo

A nova Lei de Diretrizes Orçamentárias traz como grande inovação a garantia de ganho



AVANÇO Senador Garibaldi Alves (E), que conversa com o presidente da CMO, deputado Paulo Bernardo, incluiu o ganho real do salário mínimo

real para o salário mínimo, que não poderá ser inferior a R\$ 281 em 2005. O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), relator da proposta do Executivo, explicou no Plenário que o critério de reajuste com base no

crescimento do produto interno bruto (PIB) *per capita* deste ano, ou seja, a geração de riqueza no exercício dividido pelo número de habitantes do país, só foi possível depois de negociação "dura, pesada e acirrada"

com o governo.

Para assegurar esse reajuste do mínimo, o relator teve de abrir mão de outros avanços que ele considerava importantes, como deixar de fora do contingenciamento os principais programas do chamado "choque social" e a aplicação obrigatória, na infra-estrutura de transportes, da maior parte dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) que cabem ao governo federal.

Ficaram preservados do contingenciamento os quatro fundos destinados a segurança pública, os investimentos em pesquisa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e os programas de infra-estrutura hídrica da região do semi-árido que faz parte do chamado Polígono das Secas.

Reforma agrária

Outra obrigação definida na LDO é especificar na proposta

orçamentária para 2005 os recursos necessários para o cumprimento de metas e prioridades previstas no anexo da proposta, como, por exemplo, o dinheiro reservado para assentar as 115 mil famílias da reforma agrária no ano que vem.

O texto aprovado manteve na LDO as metas propostas pelo Executivo. O crescimento da economia para 2005 é estimado em 4%, seguido pelas previsões de 4,5% em 2006 e 5% em 2007. As taxas reais de juros que estarão implícitas nos cálculos da dívida pública são de 6,85% no próximo ano e 6,03% e 4,99% nos dois exercícios subsequentes. A taxa nominal cairá de 11,79% para 10,4% e 9,19% no mesmo período.

O câmbio estimado é de R\$ 3,28 em dezembro de 2005, subindo para R\$ 3,37 em 2006 e R\$ 3,48 no fim de 2007. O superávit fiscal foi mantido em 4,25% do PIB nos três anos.

Crédito suplementar garante o reajuste dos servidores federais

Recursos para o aumento dos salários dos servidores federais e reestruturação de carreiras na administração pública estão entre os 30 pedidos do governo para abertura de créditos suplementares aprovados ontem pelo Congresso. As verbas somam R\$ 9,2 bilhões, devendo os servidores públicos ficar com cerca de R\$ 3,4 bilhões. Com a decisão do Legislativo, o governo já poderá adotar as medidas necessárias para confirmar o reajuste diferenciado dos servidores – de 9,5% a 51%.

Do total de créditos autorizados, caberão à Petrobras R\$ 3,99 bilhões, oriundos de recursos próprios. A empresa aplicará a quase totalidade em investimentos. O restante das verbas aprovadas – R\$ 1,81 bilhão – está dividido por dezenas de órgãos, inclusive a Polícia Federal, que destinará R\$ 10 milhões ao pagamento de armas que serão entregues pelos cidadãos, como prevê o Estatuto do Desarmamento. Foram autorizados também R\$ 159,53 milhões para o pagamento do

novo avião presidencial, tendo esse crédito gerado a maior polêmica.

Um dos ministérios mais beneficiados foi o da Educação, que receberá R\$ 437 milhões, devendo repassar mais da metade aos estados e municípios, para ajudar na educação de nível básico. A Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que banca bolsas de pós-graduação, contará com R\$ 77 milhões. O segundo ministério que mais receberá verbas adicionais é o do Desenvolvimento Agrário, que empregará R\$ 425 milhões na reforma agrária.

O Ministério dos Transportes contará com verba adicional de R\$ 140 milhões, para conclusão da duplicação da rodovia Fernão Dias, que liga Belo Horizonte a São Paulo, e início da duplicação da rodovia da BR-101, no trecho entre Florianópolis (SC) e Osório (RS). Mais de dez estados obtiveram verbas para obras de manutenção ou investimentos, especialmente na área portuária.

Combate à fome

Já o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome receberá R\$ 221 milhões, devendo destinar cerca da metade para compra de alimentos produzidos por pequenos agricultores, R\$ 15 milhões para instalação de restaurantes populares e R\$ 19 milhões para o pagamento de bolsas de capacitação de jovens de 15 a 17 anos.

Quanto à Petrobras, foram feitos vários cortes de investimentos da estatal no exterior, o que permitirá a execução de projetos no país. Os investimentos estão distribuídos em suas várias subsidiárias nas áreas de exploração e produção de petróleo e gás, construção de gasodutos, melhoria de refinarias, construção de termelétricas e usinas de aproveitamento dos ventos (eólicas), pesquisa e desenvolvimento tecnológico e ampliação da capacidade do gasoduto Bolívia-Brasil. Haverá ainda a construção de dutos para ligação do sistema de gás natural do Sudeste (Bacia de Campos) com o do Nordeste.



DECISÃO Relatório de Sibá Machado mantém superávit de 4,25% previsto pelo Executivo

PPA estabelece prioridade às áreas social e de infra-estrutura

O Congresso Nacional também aprovou na sessão conjunta de ontem, em votação simbólica, o projeto de lei de iniciativa do governo que estabelece o Plano Plurianual (PPA) para o período 2004-2007. A matéria recebeu parecer favorável da Comissão Mista de Orçamento (CMO), com base em relatório do senador Sibá Machado (PT-AC).

Sibá foi designado relator após a comissão ter rejeitado o parecer que havia sido apresentado anteriormente pelo senador Roberto Saturnino (PT-RJ). O representante acre-

ano manteve inalterada a meta do superávit primário (receitas menos despesas, excetuando o pagamento dos juros da dívida pública) de 4,25% do produto interno bruto (PIB), até 2007, atendendo à área econômica do governo.

Saturnino queria reduzir, gradativamente, essa meta para 3,75% do PIB em 2005; 3,5% em 2006; e 3,25% em 2007. Com menor superávit primário, o senador fluminense procedeu a uma reestimativa das fontes de receita do PPA, obtendo acréscimo geral de R\$ 48,6 bilhões em relação ao valor proposto pelo governo, de R\$ 1,83 trilhão.

Já o relatório de Sibá projetou acréscimo de meio ponto percentual nas previsões de crescimento do PIB (4% em 2004; 4,5% em 2005; 5% em 2006; e 5,5% em 2007) e ampliou as arrecadações atípicas da Receita Federal e do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), entre outras, aumentando as receitas em R\$ 33,6 bilhões. Assim, acabou por retirar os R\$ 6 bilhões reservados por Saturnino para o aumento do salário mínimo.

As prioridades de investimento do Plano Plurianual são as áreas de energia, saúde, educação, transportes, assistência social, habitação e saneamento.

CONGRESSO No total, os parlamentares aprovaram créditos de R\$ 299,7 milhões para o Ministério da Defesa. Com os recursos, além do Airbus, poderão ser adquiridos outros sete aviões

Polêmica marca aprovação de verba para compra de avião presidencial

A compra do avião presidencial à empresa Airbus, no valor de R\$ 159 milhões, provocou intenso debate durante a sessão do Congresso Nacional de ontem, mas foi aprovada contra os votos do PDT, PFL e PSDB. No total, os créditos aprovados para o Ministério da Defesa somaram R\$ 299,7 milhões – R\$ 159 milhões para o Airbus presidencial e o restante para outros 17 aviões e para o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), este último programa beneficiado com R\$ 50 milhões.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) protestou contra a aprovação da matéria. Ele classificou a compra do avião de “símbolo da descomunal insensibilidade humana do governo Lula”, chamando a atenção para o “luxo” da aeronave.

Segundo o deputado federal Pauderney Avelino (PFL-AM), o governo já havia destinado os

recursos para a compra do avião, sem a autorização do Congresso. Em sinal de protesto, a deputada Laura Carneiro (PFL-RJ) e o deputado Alberto Goldman (PSDB-SP) mostraram fotos do novo avião e o deputado Rodrigo Maia (PFL-RJ) classificou a compra de “luxo desnecessário”.

Já o deputado federal Ricardo Barros (PP-SP) disse acreditar que a compra do avião é necessária para a segurança do presidente da República e que os próximos presidentes continuarão usando o Airbus. No entanto, ao declarar seu voto favorável, criticou a ordem de prioridades do governo, que, a seu ver, deveria colocar em primeiro lugar a área social, e não a compra de aviões.

O deputado Eduardo Valverde (PT-RO) declarou que, quando o governo de Fernando Henrique Cardoso usou R\$ 30 bilhões para “socorrer os ban-

queiros”, não se levantaram no Parlamento as vozes que agora reclamam da destinação de R\$ 159 milhões para a compra de avião que, a seu ver, é necessária. Valverde referiu-se ao Proer, programa de recuperação de bancos quebrados.

Obsoleto

O deputado João Leão (PL-BA) lembrou que o atual avião presidencial, o “Sucatão”, já tem 50 anos de uso.

– O presidente não pode descer com o Sucatão em Nova York, gente. Ele é obsoleto – afirmou o parlamentar.

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) observou que não poderia ficar quieto em relação à compra do avião presidencial e considerou falhos os argumentos do governo para justificar a aquisição.

– Não é verdade que em três anos a economia com o avião pagará o investimento. Quanto ao Sucatão, Fernando Henri-

que e José Sarney viajaram o mundo inteiro em aviões de carreira – ressaltou Heráclito.

No entender do líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), o discurso da oposição contra a compra do avião é “inconsistente”. De acordo com ele, o avião não é para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas sim para o governo. Bezerra disse, inclusive, que já correu riscos ao viajar, quando ministro de Fernando Henrique Cardoso, no “Sucatão”.

O relator da matéria, senador Sibá Machado (PT-AC), também defendeu a aprovação dos créditos destinados ao Ministério da Defesa e à compra do avião.

– É um Brasil novo, e o avião novo é símbolo disso – ressaltou, acrescentando ainda que o governo anterior poderia ter comprado um avião novo por ano se deixasse de alugar aviões da TAM.



RETORNO Calixto é o primeiro suplente de Amir Lando, ministro da Previdência

Mário Calixto toma posse novamente como senador

O presidente do Senado, José Sarney, deu posse ontem a Mário Calixto (PMDB-RO), primeiro suplente do atual ministro da Previdência, senador Amir Lando (PMDB-RO).

Calixto havia tomado posse em 26 de janeiro, quando Lando teve de se afastar para assumir o ministério, mas foi destituído no dia 5 de fevereiro, depois de se constatar que ele fora condenado a um ano de prisão pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Rondônia. Em seu lugar assumiu Paulo Elifas (PMDB-RO).

Calixto conseguiu retornar ao Senado porque o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) considerou prescrito o crime eleitoral cometido pelo empresário.

Em 1998, ele cumprira com atraso ordem do TRE para que concedesse direito de resposta a um adversário político em jornal de sua propriedade.

Os advogados de Calixto argumentaram perante o TSE que ele não poderia ter sido condenado por um ano, e que já havia cumprido três meses da pena em regime semi-aberto, tempo suficiente para a declaração da prescrição.

Encampação de aeronaves reforça programas de defesa

Além da compra do avião presidencial, o Congresso Nacional aprovou ontem recursos para que a Força Aérea Brasileira (FAB) adquira, por R\$ 70 milhões, sete aviões do modelo Brasília que estão sendo devolvidos pela RioSul/Nordeste, do grupo Varig, por inadimplência junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); R\$ 20,16 milhões serão usados para pagar o leasing (arrendamento) até dezembro de 2004 de dez jatos regionais ERJ-145, que também

não estavam sendo pagos pela RioSul/Nordeste. Ao todo, as verbas aprovadas são de R\$ 249,7 milhões.

Programas

Segundo informações do Ministério da Defesa enviadas ao Congresso, ao encampar os aviões do grupo Varig o governo poderá garantir a continuidade de uma série de programas a cargo do Comando da Aeronáutica. As verbas para o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), no valor de R\$ 50 milhões, são computadas à parte.

Os programas a cargo do Comando da Aeronáutica são os seguintes: reativação das rotas do Correio Aéreo Nacional que atendem a comunidades longínquas; reativação do Correio Aéreo Nacional para atender às necessidades do Ministério das Relações Exteriores nas ligações com as embaixadas brasileiras em países da América do Sul; substituição das aeronaves C-91 Avro, com 28 anos de uso, cuja manutenção está economicamente inviável; substituição de quatro aeronaves VU-93

e HS-125, do Grupo de Transporte Especial, utilizadas para o deslocamento de autoridades; apoio a missões especiais de órgãos do governo federal; apoio a missões de um projeto de ação social a ser criado nos moldes do Projeto Rondon; transporte de alunos em viagens de estudo; apoio aos Comandos do Exército e da Marinha no transporte de pessoal na região amazônica; transporte de comitivas brasileiras e estrangeiras; e apoio ao programa Calha Norte.



NOVIDADE O presidente José Sarney ouve explicação de Cleber Giorgetti sobre o novo sistema, ao lado de Armando Rollemberg, Petrónio Carvalho, Raimundo Carreiro e Agaciel Maia

Tecnologia faz transcrição automática de falas

Técnicos da área de informação e informática do Senado Federal e da Câmara dos Deputados deverão se reunir amanhã com representantes do Genius Instituto de Tecnologia para discutir a implantação no Congresso do sistema de transcrição automática de falas. O presidente do Senado, José Sarney, ouviu ontem explicações do gerente comercial do instituto, Cleber Giorgetti, so-

bre o funcionamento do sistema. Ele acredita que até o início de 2005 o novo modelo já poderá ser testado. O sistema degrava os discursos dos senadores, e envia o material a um servidor da rede de computadores, que gerará textos a partir das falas dos parlamentares.

O diretor da Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen), Petrónio Carvalho, informou que há cerca de dois

anos os técnicos do Senado vêm mantendo contato com o Genius Instituto para a realização de ações conjuntas.

Ainda ontem, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), deputado federal Armando Monteiro (PTB-PE), convidou o presidente Sarney a comparecer à Olimpíada do Conhecimento, que será realizada em Belo Horizonte (MG) a partir de 6 de agosto.

A sessão de ontem do Congresso Nacional foi presidida pelo deputado Inocêncio Oliveira